



**PREFEITURA DE  
SÃO PAULO**

# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

**EXERCÍCIO  
DE  
2015**



## ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 19



BALANÇO PATRIMONIAL  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(em Reais)

<b>ATIVO</b>	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e Fundo Fixo de Caixa	4	181,11	329,98
Bancos - Contas Movimento	5	291.492,74	403.405,80
Bancos - Aplicações Financeiras	6	23.107.773,47	22.263.234,56
Adiantamentos a Fornecedores		61.509,76	78.000,00
Adiantamentos a Empregados	7	2.807.860,12	2.161.445,44
Adiantamentos para Despesas		4.568,84	3.615,30
Impostos Recuperáveis		6.278,00	9.695,32
Créditos de Contratos de Gestão e Convênios	8	47.095.370,72	15.623.850,36
Outros Créditos		196,35	1.841,29
		<b>73.375.231,11</b>	<b>40.545.418,05</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado	9	9.036.991,96	9.979.193,58
Intangível	10	93.512,60	139.932,85
		<b>9.130.504,56</b>	<b>10.119.126,43</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>82.505.735,67</b>	<b>50.664.544,48</b>
<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
	<b>Notas</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b> (REAPRESENTADO)
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>			
Fornecedores		3.968.288,55	2.602.884,44
Obrigações Trabalhistas	11	15.612.065,78	12.267.425,05
Obrigações Sociais e Fiscais	12	9.256.810,60	7.183.970,85
Empréstimos Bancários	13	9.499.053,79	-
Contas a Pagar		4.147.387,40	2.650.220,70
Provisões para Férias e Encargos		25.970.019,73	20.277.531,16
Provisões para Contingências	14	1.187.133,72	1.187.133,72
		<b>69.640.759,57</b>	<b>46.169.165,92</b>
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Bens Públicos em nosso poder	15	9.130.504,56	10.119.126,43
		<b>9.130.504,56</b>	<b>10.119.126,43</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Patrimônio Social		(5.623.747,87)	(10.141.283,81)
Superávit do Exercício	29	24.695.021,07	4.869.300,33
Ajustes Patrimoniais	17	(15.348.769,60)	-
Transferências Patrimoniais		11.967,94	(351.764,39)
		<b>3.734.471,54</b>	<b>(5.623.747,87)</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>82.505.735,67</b>	<b>50.664.544,48</b>



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(em Reais)

	Notas	2015	2014
<b>RECEITAS LÍQUIDAS</b>		<b>382.378.863,26</b>	<b>290.483.259,13</b>
Contratos de Gestão e Convênios	18	385.201.050,46	291.412.279,88
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.g	(439.555,09)	(929.020,75)
(-) Glosas sobre Contratos e Convênios		(2.382.632,11)	-
<b>CUSTOS</b>		<b>(350.852.786,23)</b>	<b>(278.099.960,64)</b>
Pessoal e Reflexo	20	(315.615.807,70)	(248.682.078,69)
Serviços Terceirizados	21	(30.995.161,32)	(26.059.610,26)
Medicamentos e Materiais de Consumo	22	(4.241.817,21)	(3.358.271,69)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	27	(66.309.063,44)	(52.968.561,67)
(-) Isenção da CPP Usufruída	27	66.309.063,44	52.968.561,67
<b>(=) RESULTADO BRUTO</b>		<b>31.526.077,03</b>	<b>12.383.298,49</b>
<b>DESPESAS</b>		<b>(11.107.500,93)</b>	<b>(9.219.472,63)</b>
Impostos, Taxas e Contribuições		(222.495,76)	(142.308,48)
Despesas Gerais	23	(10.885.005,17)	(9.077.164,15)
<b>OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS</b>		<b>53.590,12</b>	<b>72.719,31</b>
Receitas com Doações		292,06	-
Outras Receitas		53.298,06	72.719,31
<b>(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS</b>		<b>20.472.166,22</b>	<b>3.236.545,17</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	19	<b>4.222.854,85</b>	<b>1.632.755,16</b>
Receitas Financeiras		4.416.181,78	1.887.670,88
(-) Despesas Financeiras		(193.326,93)	(254.915,72)
<b>SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO</b>	29	<b>24.695.021,07</b>	<b>4.869.300,33</b>



**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(em Reais)**

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit)	Ajustes Patrimoniais	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2014 (REAPRESENTADO)</b>	<b>11.119.688,66</b>	<b>(10.436.501,02)</b>	<b>(10.506.573,33)</b>	<b>(317.898,12)</b>	<b>(10.141.283,81)</b>
Incorporação do Déficit Anterior	(10.436.501,02)	10.436.501,02	-	-	-
Incorporação dos Ajustes Patrimoniais	(10.506.573,33)	-	10.506.573,33	-	-
Incorporação das Transferências Patr.	(317.898,12)	-	-	317.898,12	-
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(351.764,39)	(351.764,39)
Superávit do Exercício	-	4.869.300,33	-	-	4.869.300,33
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014 (REAPRESENTADO)</b>	<b>(10.141.283,81)</b>	<b>4.869.300,33</b>	<b>-</b>	<b>(351.764,39)</b>	<b>(5.623.747,87)</b>
Incorporação do Superávit Anterior	4.869.300,33	(4.869.300,33)	-	-	-
Incorporação das Transferências Patr.	(351.764,39)	-	-	351.764,39	-
Ajustes Patrimoniais	-	-	(15.348.769,60)	-	(15.348.769,60)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	11.967,94	11.967,94
Superávit do Exercício	-	24.695.021,07	-	-	24.695.021,07
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>(5.623.747,87)</b>	<b>24.695.021,07</b>	<b>(15.348.769,60)</b>	<b>11.967,94</b>	<b>3.734.471,54</b>



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(em Reais)

	2015	2014
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Superávit do Exercício	24.695.021,07	4.869.300,33
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	16.490,24	180.264,52
Adiantamentos a Empregados	(646.414,68)	(518.367,52)
Adiantamentos para Despesas	(953,54)	(606,63)
Impostos Recuperáveis	3.417,32	30.795,89
Créditos com Contratos de Gestão e Convênios	(31.471.520,36)	(5.367.258,37)
Outros Créditos	1.644,94	5.925,83
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	1.365.404,11	(299.420,52)
Obrigações Trabalhistas	3.344.640,73	2.311.114,24
Obrigações Sociais e Fiscais	2.072.839,75	1.149.719,89
Provisões para Férias e Encargos	5.692.488,57	4.029.405,17
Bens Públicos em nosso poder	9.130.504,56	-
Outras Obrigações	1.497.166,70	91.752,17
<b>Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais</b>	<b>15.700.729,41</b>	<b>6.482.625,00</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de Imobiliz./Intang. pertencente a Gestão Pública	439.555,09	929.020,45
<b>Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento</b>	<b>439.555,09</b>	<b>929.020,45</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(439.555,09)	(929.020,75)
Recebimento (Pagamento) de Empréstimos	9.499.053,79	-
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(24.467.306,22)	(351.764,39)
<b>Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento</b>	<b>(15.407.807,52)</b>	<b>(1.280.785,14)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>732.476,98</b>	<b>6.130.860,31</b>
<b>CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Disponibilidades no Início do Exercício	22.666.970,34	16.536.110,03
Disponibilidades no Final do Exercício	23.399.447,32	22.666.970,34
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>732.476,98</b>	<b>6.130.860,31</b>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E 2014  
(em Reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

O Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83.

O CEJAM mantém junto à Prefeitura do Município de São Paulo o contrato de gestão e convênios abaixo descritos:

- **Contrato de Gestão nº 003/2007:** visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde na Microrregião de M'Boi Mirim;
- **Contrato de Gestão nº R 006/2015:** visando o gerenciamento e execução de ações e serviços de saúde em unidades de saúde da rede assistencial do distrito administrativo Jardim Ângela da Supervisão Técnica de Saúde M'Boi Mirim e do distrito administrativo Capão Redondo da Supervisão Técnica de Saúde Campo Limpo;
- **Convênio nº 066/2008:** visando a implantação e desenvolvimento de ações relativas à assistência médica ambulatorial especializada (AMA Especialidades);
- **Convênio nº 079/2008:** visando a implantação e desenvolvimento de ações relativas à assistência médica ambulatorial (AMA Tradicional);
- **Convênio nº 020/2009:** visando implementar ações e serviços que possibilite a promoção, prevenção e assistência à saúde da gestante e do recém-nascido integrantes do Programa da Saúde à Mãe Paulistana no âmbito do município de São Paulo;
- **Convênio nº 002/2011:** visando a implementação, desenvolvimento e incremento das ações relativas ao serviço de atenção integral a assistência materno infantil do Programa Parto Seguro à Mãe Paulistana no município de São Paulo.

Com isto vem desenvolvendo ações e serviços de saúde na Organização Social São Paulo.



---

**2. BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

**2.a) Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

**2.b) Base de mensuração:**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

**2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:**

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

**2.d) Uso de estimativas e julgamentos:**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

---

**3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

---

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.



### 3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014.

### 3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao passivo não circulante, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2015 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas em 2014. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
  - Benfeitorias: 25 anos;
  - Instalações: 10 anos;
  - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
  - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
  - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
  - Equipamentos de informática: 5 anos;
  - Móveis e utensílios: 10 anos;
  - Veículos: 5 anos.





### 3.c) Intangível:

- **Reconhecimento, mensuração e amortização:** o ativo intangível de vida útil definida é composto pelo direito de uso de programas de computador (software), que são amortizados usando-se método linear à taxa de 20% a.a.

### 3.d) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

### 3.e) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

### 3.f) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

### 3.g) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contrato de gestão e convênios, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o passivo não circulante, na conta de "bens públicos em nosso poder" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.



### 3.h) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

### 3.i) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

### 3.j) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

## 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Fundo Fixo de Caixa	181,11	329,98
	<b>181,11</b>	<b>329,98</b>

## 5. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2015	2014
Banco do Brasil S.A.	291.033,53	400.905,69
Banco Santander (Brasil) S.A.	457,21	2.377,77
Banco Bradesco S.A.	2,00	122,34
	<b>291.492,74</b>	<b>403.405,80</b>

**6. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2015	2014
Banco do Brasil S.A.	246.055,51	-
Banco Santander (Brasil) S.A.	16.774.698,10	13.699.027,39
Banco Bradesco S.A.	6.087.019,86	8.564.207,17
	<b>23.107.773,47</b>	<b>22.263.234,56</b>

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit dos exercícios aplicados financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

**7. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS**

	2015	2014
Adiantamentos de Férias	2.807.860,12	2.161.445,44
	<b>2.807.860,12</b>	<b>2.161.445,44</b>

**8. CRÉDITOS DE CONTRATOS DE GESTÃO E CONVÊNIO**

	2015	2014
Contrato de Gestão 003/2007 (Microrregião M'Boi Mirim)	690.862,43	4.158.104,82
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	38.066.526,31	-
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	-	2.630.869,17
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	-	1.581.684,57
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	-	1.474.006,31
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	8.337.981,98	5.779.185,49
	<b>47.095.370,72</b>	<b>15.623.850,36</b>

**9. IMOBILIZADO**

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2015	2014
Benfeitorias	4%	5.524.732,45	5.532.852,45
Instalações	10%	5.265,00	5.265,00
Máquinas e Equipamentos	10%	1.458.408,56	1.348.529,09
Equipamentos de Uso Médico	10%	3.246.378,34	3.174.470,08
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	1.959.961,76	1.933.657,63
Equipamentos de Informática	20%	1.641.344,68	1.638.472,61
Móveis e Utensílios	10%	2.093.750,55	1.981.912,64
Veículos	20%	58.758,98	58.758,98
Equipamentos e Materiais Permanentes PSF	-	1.151.642,01	1.163.707,76
(-) Depreciação Acumulada		(8.103.250,37)	(6.858.432,66)
		<b>9.036.991,96</b>	<b>9.979.193,58</b>

Conforme preceituado no contrato de gestão e convênios firmados entre o CEJAM e a Prefeitura do Município de São Paulo, os bens patrimoniais adquiridos por conta dos referidos instrumentos é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

**10. INTANGÍVEL**

INTANGÍVEL DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2015	2014
Direito de Uso de Sistemas	20%	305.032,45	303.947,29
(-) Amortização Acumulada		(211.519,85)	(164.014,44)
		<b>93.512,60</b>	<b>139.932,85</b>

**11. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS**

	2015	2014
Salários a Pagar	15.488.175,99	12.185.652,22
Rescisões a Pagar	79.127,43	46.852,14
Pensões Alimentícias a Pagar	44.762,36	34.920,69
	<b>15.612.065,78</b>	<b>12.267.425,05</b>






**12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS**

	2015	2014
INSS a Recolher	1.033.728,56	848.053,61
FGTS a Recolher	2.484.831,16	1.944.661,75
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	42.515,35	48.192,38
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	404.396,14	310.024,49
IRRF a Recolher	5.008.836,34	3.812.132,64
CSRF a Recolher	98.132,47	58.115,63
INSS Retido de PJ a Recolher	146.890,26	125.897,87
ISS Retido na Fonte a Recolher	37.480,32	36.892,48
	<b>9.256.810,60</b>	<b>7.183.970,85</b>

**13. EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS**

	2015	2014
Banco Santander (Brasil) S.A.	5.500.000,00	-
Banco Bradesco S.A.	3.999.053,79	-
	<b>9.499.053,79</b>	-

A Entidade possui contrato de conta garantida (capital de giro) com os Bancos Bradesco e Santander para garantir as operações em caso de atraso dos repasses para custeio dos contratos e convênios municipais. Esta conta possui taxa média de juros pós-fixada equivalente a 0,38% a.m. além do CDI.

**14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS**

A Entidade discute diversas ações na esfera judicial e julga suficiente para cobrir eventuais contingências o montante de R\$ 1.187.133,72.

**15. BENS PÚBLICOS EM NOSSO PODER**

A rubrica "Bens públicos em nosso poder", no montante de R\$ 9.130.504,56 em 2015 e R\$ 10.119.126,43 em 2014, refere-se aos valores recebidos da Secretaria Municipal de Saúde para aquisição de ativo imobilizado, que serão devolvidos ao município quando do término dos contratos de gestão ou convênios.

O valor desse ativo está demonstrado ao valor de custo, deduzido da depreciação, que concomitantemente representa o valor do ativo imobilizado registrado no ativo.

**16. REAPRESENTAÇÃO DOS SALDOS EM 2014**

A Entidade, em referência à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/2012, que define que subvenções governamentais devem ser apresentadas como receita diferida, em conta específica do Passivo, reclassificou do Patrimônio Líquido para o Exigível em Longo Prazo, da rubrica "Bens de Gestão Pública" para rubrica "Bens públicos em nosso poder", respectivamente, os valores correspondentes ao anteriormente classificado no "Patrimônio Líquido". Os efeitos retroativos ao exercício de 2014 estão reclassificados e reapresentados no balanço patrimonial e na demonstração da movimentação do patrimônio.

**17. AJUSTES PATRIMONIAIS**

Em 31 de dezembro de 2015, relativamente ao exercício de 2014, foram registrados ajustes patrimoniais não atribuídos ao exercício subsequente, no montante de R\$ 15.348.769,60, estando assim relacionados:

Motivo	Valor
No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se posicionou quanto ao não pagamento de crédito mantido em 2014 como a receber para o Contrato de Gestão nº 003/2007.	(4.158.104,82)
No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se posicionou quanto ao não pagamento de crédito mantido em 2014 como a receber para o Convênio nº 066/2008.	(2.630.869,17)
No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se posicionou quanto ao não pagamento de crédito mantido em 2014 como a receber para o Convênio nº 079/2008.	(1.581.684,57)
No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se posicionou quanto ao não pagamento de crédito mantido em 2014 como a receber para o Convênio nº 020/2009.	(1.198.925,54)
No ano de 2015 a Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo se posicionou quanto ao não pagamento de crédito mantido em 2014 como a receber para o Convênio nº 002/2011.	(5.779.185,50)
	<b>(15.348.769,60)</b>

**18. RECEITAS COM CONTRATOS DE GESTÃO**

	2015	2014
Contrato de Gestão 003/2007 (Microrregião do M'Boi Mirim)	115.240.319,38	175.821.317,81
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	161.942.473,16	-
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	23.757.854,95	32.562.303,22
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	9.922.308,08	18.873.337,02
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	1.646.334,40	2.556.138,07
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	72.691.760,49	61.599.183,76
	<b>385.201.050,46</b>	<b>291.412.279,88</b>

**19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS**

	2015	2014
Rendimentos de Aplicações Financeiras	4.414.554,10	1.871.939,54
Descontos Obtidos	1.626,38	15.731,34
Juros e Atualizações Monetárias	1,30	-
(-) Despesas Bancárias	(154.967,69)	(246.131,42)
(-) Juros e Mora Comerciais	(82,81)	(40,23)
(-) Juros e Acréscimos Fiscais	(38.276,43)	(8.744,07)
	<b>4.222.854,85</b>	<b>1.632.755,16</b>

**20. CUSTOS COM PESSOAL PRÓPRIO**

	2015	2014
Remunerações	267.204.240,21	210.770.988,49
Benefícios	22.371.303,76	17.606.664,37
Encargos Sociais	26.040.263,73	20.304.425,83
	<b>315.615.807,70</b>	<b>248.682.078,69</b>

**21. CUSTOS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS**

	2015	2014
Serviços Prestados por Pessoas Jurídicas	29.351.177,11	23.593.569,70
Serviços Prestados por Pessoas Físicas	1.643.984,21	2.466.040,56
	<b>30.995.161,32</b>	<b>26.059.610,26</b>

**22. CUSTOS COM MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE CONSUMO**

	2015	2014
Medicamentos e Materiais de Uso Médico	713.315,89	911.449,84
Materiais de Consumo	2.335.560,81	1.501.292,06
Materiais de Conservação e Reparos	760.378,49	557.870,63
Outros Materiais e Insumos	432.562,02	387.659,16
	<b>4.241.817,21</b>	<b>3.358.271,69</b>






**23. DESPESAS GERAIS**

	2015	2014
Contas de Consumo (Água, Luz e Energia Elétrica)	1.322.344,93	1.094.206,27
Aluguéis (Imóveis, Veículos, Equipamentos e Aparelhos)	3.926.797,19	3.031.552,90
Administrativas	625.169,28	402.597,95
Publicidade	9.577,18	16.462,09
Eventos	79.366,34	53.519,80
Reformas e Benfeitorias	4.708.320,44	4.328.290,03
Bens não Imobilizados	3.442,10	-
Outras Despesas Gerais	209.987,71	150.535,11
	<b>10.885.005,17</b>	<b>9.077.164,15</b>

**24. COBERTURAS DE SEGUROS**

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**25. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS**

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes nas áreas em que atua. Tendo como preponderância a área da Saúde, a entidade vem encaminhando relatório para o Ministério da Saúde (MS) para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.



26.

**CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CEBAS)**

O CEJAM possui o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) sob o número 25000.115009/2010-25/MS, com validade até 29 de novembro de 2010 e que atualmente, encontra-se em tramitação junto ao Ministério da Saúde, para que este seja renovado.

Em 06 de julho de 2010 foi protocolado o pedido de renovação do CEBAS junto ao Ministério da Saúde. Em 19 de janeiro de 2012, o CEJAM recebeu do Ministério da Saúde o ofício Nº 1092/2011/CGCER/DCEBAS/SAS/MS informando que este departamento entendeu que a atividade preponderante do CEJAM estaria enquadrada na área de assistência social e portando seu pedido de renovação do CEBAS deveria ter sido realizado junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Em 01 de fevereiro de 2012, o CEJAM protocolou no Ministério da Saúde o processo administrativo solicitando que fosse anulado o reconhecimento da atividade preponderante enquadrada na área de assistência social e que fosse reconsiderada a atividade preponderante relacionada à saúde e fosse reconsiderado o seu pedido de renovação do CEBAS pelo Ministério da Saúde.

Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras não foi julgado o pedido de apreciação de renovação do CEBAS, que atualmente encontra-se em análise sob o Processo nº 25000.196436/2015-19.

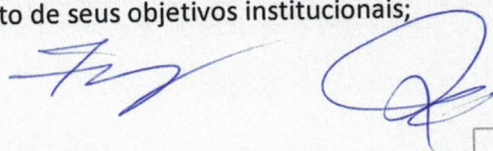
Conforme Decreto nº 7.237/2010, que regulamenta a Lei nº 12.101/2009, fica determinado o seguinte:

*"Art. 8º - O protocolo dos requerimentos de renovação servirá como prova para a certificação até o julgamento do processo pelo Ministério Público. A validade do protocolo e sua tempestividade serão confirmadas pelo interessado mediante consulta da tramitação processual na página do Ministério responsável pela certificação na rede mundial de computadores".*

A administração do CEJAM e seus assessores jurídicos entendem que efetuaram todos os procedimentos obrigatórios, de acordo com a legislação vigente e dentro dos prazos legais, para ter deferimento do pedido de renovação do CEBAS e consideram legítimo o benefício da isenção previdenciária usufruída nos exercícios de 2015 e 2014. Adicionalmente a administração do CEJAM efetuou uma consulta formal a advogado terceiro sobre a probabilidade de obtenção da renovação do CEBAS, e foi considerada pelo advogado terceiro como "provável" a obtenção da renovação do CEBAS pelo CEJAM.

Além disso, a Entidade cumpre os seguintes requisitos previstos no art. 29 da Lei nº 12.101/2009, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social:

- I. Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- II. Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;





- III. Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IV. Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- V. Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- VI. Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- VII. Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- VIII. Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

## 27. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS (QUOTA PATRONAL)

A Entidade é isenta de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei nº 8.212/1991. A Entidade, a título de demonstração, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal).

A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2015 foi de R\$ 66.309.063,44 (em 2014 de R\$ 52.968.561,67) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2015	2014
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	65.980.266,78	52.475.353,56
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	328.796,66	493.208,11
	<b>66.309.063,44</b>	<b>52.968.561,67</b>
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(65.980.266,78)	(52.475.353,56)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(328.796,66)	(493.208,11)
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19.



28. **TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES (RENÚNCIA FISCAL)**

**Imposto de renda e contribuição social:** em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

**PIS:** por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

**COFINS:** por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

**Isenção previdenciária usufruída:** para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas.

Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2015, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa.

- COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo)
- CSLL incidente sobre o superávit: 9%

Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2015 foi de R\$ 13.693.917,80 (em 2014 R\$ 9.152.734,85), distribuída da seguinte forma:

	2015	2014
<b>RENÚNCIA FISCAL</b>		
Cofins	11.471.365,90	8.714.497,77
CSLL	2.222.551,90	438.237,08
	<b>13.693.917,80</b>	<b>9.152.734,85</b>



**29. RESULTADO DO EXERCÍCIO**

O Superávit do exercício de 2015 foi de R\$ 24.695.021,07 e o de 2014 de R\$ 4.869.300,33, estando assim distribuído entre o contrato de gestão e convênios:

	2015	2014
Contrato de Gestão 003/2007 (Microrregião do M'Boi Mirim)	8.763.159,67	8.385.899,28
Contrato de Gestão R006/2015 (Jd. Ângela/Capão Redondo)	14.032.976,66	-
Convênio 066/2008 (AMA Especialidades)	465.463,78	1.002.486,93
Convênio 079/2008 (AMA Tradicional)	979.192,05	373.191,39
Convênio 020/2009 (Mãe Paulistana)	171.180,08	(341.252,26)
Convênio 002/2011 (Parto Seguro à Mãe Paulistana)	287.992,15	(4.494.128,44)
Convênio 002/2010 (Hospital Samaritano - SAID)	(4.943,32)	(56.896,57)
	<b>24.695.021,07</b>	<b>4.869.300,33</b>

São Paulo, 31 de dezembro de 2015.

**Dr. Fernando Proença de Gouvêa**  
Superintendente

**Alexandre Papi**  
Contador CRC nº 1SP130223/O-3